

Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Uniconsult Administradora de Benefícios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Apresentação

A Uniconsult Administradora de Benefícios oferece planos coletivos por adesão de assistência à saúde e planos odontológicos, provendo serviços de qualidade com custo-benefício atrativo. Acreditamos que nosso modelo diferenciado de comercialização e atendimento dos nossos clientes, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, permitiu que nos destacássemos entre as principais administradoras de benefícios do Brasil.

Política de Destinação dos Lucros

Conforme contrato social, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão distribuídos proporcionalmente à participação dos sócios no capital social da Sociedade, sendo, no entanto, permitida sua distribuição desproporcional à participação dos sócios no capital social mediante aprovação de sócios representando ao menos 75% do capital social.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Tivemos três anos de muitos desafios para a Uniconsult, ocasionado pela pandemia no Brasil que ocasionou algumas mudanças. Em 2023 a Uniconsult decidiu retomar a volta ao escritório, em modelo híbrido, onde os colaboradores vão algumas vezes por semana presencial. O trabalho remoto foi impulsionado e amadurecido pela pandemia e cabe ressaltar que diante desta nova rotina a empresa buscou aperfeiçoar os seus dispositivos de monitoria e controle de forma a manter altos índices de performance em seus departamentos, pois o distanciamento social exigiu maior conectividade e colaboração entre as equipes.

Da mesma forma, tivemos cuidado e atenção especial com nossos clientes para que não fosse perceptível qualquer redução na qualidade de nosso atendimento. Mantivemos todos os nossos índices de excelência e atendimento levando aos nossos clientes a melhor experiência na gestão de seus planos de saúde. Mesmo com todos os obstáculos impostos, 2023 foi marcado por conquistas importantes na consolidação da empresa e na sua estratégia de crescimento. Durante o último ano, demos continuidade ao processo de profissionalização, buscando aprimorar e implementar as melhores práticas em todos os setores da empresa como alavanca de suporte ao nosso crescimento.

O Relatório Anual traz informações sobre o progresso de nossa Visão, parte das nossas estratégias e demais apontamentos.

Reorganização societária

Em 1 de outubro de 2021, 75% das cotas da Empresa que pertenciam a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp Benefícios), foram transferidas para a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

Em 2022 e 2023 não tivemos mudanças.

Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)

A Empresa vai priorizar uma melhor alocação de capital ao longo de 2024, com objetivo de aumentar significativamente sua geração de caixa livre através de: i) racionalização dos investimentos e incentivos aos canais; ii) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os de caráter discricionário, com busca por maior eficiência operacional; iii) melhora no capital de giro; e iv) otimização da estrutura tributária.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

A Empresa não investiu em programas voltados a promoção e prevenção de saúde.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Uniconsult afirma que ao final do ano de 2023, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e a mesma não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em conformidade com as normas das ANS.

Agradecimentos

Agradecemos ao apoio e participação dos sócios, colaboradores, clientes, parceiros e operadoras de planos de saúde que contribuíram, direta ou indiretamente, para o bom desempenho dos resultados da empresa.

A Administração.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da
Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

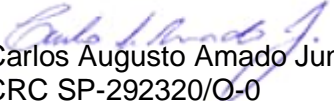
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O


Carlos Augusto Amado Junior
CRC SP-292320/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1041-E493-A448-60F0.

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		8.760	9.942	PASSIVO CIRCULANTE		3.858	4.151
Disponível	7	4.216	6.178	Débitos de Operações de Assistência à Saúde		1.893	2.212
Realizável		4.544	3.764	Contraprestações / Prêmios a Restituir		137	143
Aplicações financeiras		-	501	Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		243	425
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	8	-	501	Comercialização sobre operações		8	5
Aplicações Livres		-	-	Débitos de Operações de Administração de Benefícios	14	1.505	1.639
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	1.192	1.275	Provisão para IR e CSLL		164	492
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		1.192	1.275	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		361	613
Créditos Tributários e Previdenciários		74	-	Débitos Diversos	15	1.440	834
Despesas Antecipadas		192	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.504	5.343
Bens e Títulos a Receber	10	3.086	1.988	Provisões		4.504	5.170
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.927	5.128	Provisões para Ações Judiciais	16	4.382	5.167
Depósitos Judiciais e Fiscais	12	2.637	2.632	Provisões para Tributos Diferidos		122	3
Créditos Tributários e Previdenciários		298	292	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		-	-
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		23	23	Débitos Diversos	15	-	173
Total do realizável a longo prazo		2.957	2.947	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.325	5.576
Imobilizado		113	543	Capital Social	17	150	150
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		72	101	Reservas de Lucro		7.616	5.426
Direito de uso de arrendamentos	16	41	442	Ajustes de avaliação patrimonial		(2.441)	-
Intangível	13	1.857	1.638	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.687	15.070
TOTAL DO ATIVO		13.687	15.070				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		26.370	37.428
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		28.298	39.976
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		-	-
Receitas com Administração		28.298	39.976
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(1.929)	(2.548)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(2.291)	(7.637)
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		229	15
Outras Receitas Operacionais		229	15
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(2.511)	(7.587)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	19	(1.033)	(6.437)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(1.478)	(1.150)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(9)	(65)
RESULTADO BRUTO		24.079	29.791
Despesas Administrativas	19	(7.564)	(8.562)
Despesas de comercialização		(2.391)	(3.193)
Resultado Financeiro Líquido	20	584	760
Receitas Financeiras		1.596	2.100
Despesas Financeiras		(1.012)	(1.340)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		14.707	18.796
Imposto de Renda	21	(4.227)	(4.925)
Contribuição Social	21	(1.544)	(1.774)
Impostos Diferidos	21	(115)	33
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.820	12.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		8.820	12.130
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		8.820	12.130

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1041-E493-A448-60F0.

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital/ Patrimônio Social	Reserva Legal	Reserva de lucro	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	150	30	2.550		-	2.730
Ajuste por adoção de Norma Contábil	-	-	962		-	962
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022	150	30	3.512		-	3.692
Lucro líquido do exercício	-	-	-		12.130	12.130
Constituição de reserva legal	-	-	-		-	-
Distribuição de lucros	-	-	-		-	-
Dividendos antecipados	-	-	-		(9.491)	(9.491)
Pagamento de Dividendo adicional proposto	-	-	(755)		-	(755)
Dividendo adicional proposto	-	-	2.639		(2.639)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	150	30	5.396	-	-	5.576
Ajuste por adoção de Norma Contábil	-	-	-	(815)	-	(815)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023	150	30	5.396	(815)	-	4.761
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	8.820	8.820
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	1.626	(1.626)	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(4.069)	(4.069)
Dividendos antecipados	18	-	-	-	-	-
Pagamento de Dividendo adicional proposto	-	-	(4.187)	-	-	(4.187)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucro	18	-	4.751	-	(4.751)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	150	30	7.586	(2.441)	-	5.325

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de Plano de Saúde		215.320	293.762
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		333.929	277.610
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		767	887
(+) Outros Recebimentos Operacionais		59	517
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(189.103)	(255.333)
(-) Pagamentos de Comissões		(2.480)	(3.425)
(-) Pagamentos de Pessoal		(4.942)	(5.914)
(-) Pagamentos de Pró-Labore		(1.510)	(5.672)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(867)	(722)
(-) Pagamentos de Tributos		(7.999)	(9.699)
(-) Pagamentos de Aluguel		(269)	(416)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(9)	(118)
(-) Aplicações Financeiras		(333.469)	(273.045)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(3.006)	(3.790)
Caixa líquido das atividades operacionais		6.421	14.642
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível		(127)	(130)
(-) Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas		-	(290)
Caixa das atividades de investimentos		(127)	(420)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(-) Pagamentos de Participações no Resultado		(8.256)	(10.246)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(8.256)	(10.246)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(1.962)	3.976
Caixa - saldo inicial	7	6.178	2.202
Caixa - saldo final	7	4.216	6.178
Ativos livres no início do ano (*)		6.178	2.202
Ativos livres no fim do ano (*)		4.216	6.178
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		(1.962)	3.976

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível acrescido dos saldos de Aplicações Livres (contas 1222 e 1312)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 1041-E493-A448-60F0.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações Gerais

a) Contexto Operacional

A Uniconsult – Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. (“Uniconsult” ou “Empresa”), fundada em 26 de fevereiro de 2016 e com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, obteve em maio de 2016 autorização de funcionamento pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Tem por objeto social a administração de benefícios de assistência à saúde, podendo: a) promover a reunião de pessoas jurídicas contratantes de serviços de saúde na forma do art. 23 da RN nº 557, de 14 de dezembro de 2022; b) contratar plano privado de assistência à saúde coletivo, na condição de estipulante, a ser disponibilizado para as pessoas jurídicas legitimadas para contratar; c) oferecer planos de assistência à saúde para associados das pessoas jurídicas contratantes; d) fornecer apoio técnico na negociação de reajustes, aplicação de mecanismos de regulação pelas operadoras de planos de saúde e alteração de rede assistencial; e) dar apoio à área de recursos humanos das pessoas jurídicas contratantes na gestão de benefícios dos planos de assistência à saúde; e f) fornecer serviços de: terceirização de serviços administrativos, movimentação cadastral, conferência de faturas, cobrança ao beneficiário por delegação, e consultoria para prospectar o mercado e sugerir desenho de plano e modelo de gestão.

As operações são conduzidas pela Empresa através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, Pronunciamentos Técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

3. Políticas Contábeis

As políticas contábeis materiais adotadas foram as seguintes:

I. Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

i. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passa a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como mensurados nas seguintes categorias específicas: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9).

A classificação depende do modelo de negócio da entidade e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Desreconhecimento

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações contratuais são extintas, e canceladas, quando expiram ou são liquidadas. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

II. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata, incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras como um todo centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

III. Aplicações financeiras

Para o exercício de 2022, incluem aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos e aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Resolução normativa 514/22 da ANS, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos. Para o exercício de 2023 normativa referenciada acima encontra-se revogada pela Resolução normativa 569/22, que desobriga as administradoras de benefícios a manterem aplicações mantidas como ativo garantidor.

IV. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais o estipulante é a Empresa) são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Empresa), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo "Créditos de administração de benefícios" em contrapartida às contas de passivos de "Débitos de administração de benefícios" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de "contraprestações /prêmios a restituir" (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.

Nas operações em que a Empresa assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "Receita antecipada de contraprestações/prêmios".

V. Provisão para perdas sobre créditos

Utilizando-se de uma abordagem simplificada na mensuração de créditos de liquidação duvidosa, no reconhecimento inicial de contas a receber de clientes, as Administradoras de Benefícios do Grupo Qualicorp que assumem o risco de crédito reconhecem no resultado a provisão de perdas, calculada através do percentual de inadimplência identificado no estudo interno de inadimplência (Nota Técnica atuarial em 2022) da Empresa sobre os respectivos faturamentos. Esse estudo é reavaliado anualmente a menos que ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito que exija avaliação em menor prazo.

A Empresa também analisa a curva de recebimento para estimar a perda esperada para os saldos de contas a receber.

VI. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

VII. Intangível

Está representado principalmente: (i) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (ii) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 13).

VIII. Redução ao valor recuperável do ativo (*Impairment*)

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

IX. Arrendamento

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R\$20.

A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

X. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Empresa e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos

XI. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

Contraprestação/Prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente.

Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

XII. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

XIII. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo:

- Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos;
- Aprimora o controle de desempenho;
- Elimina erros contábeis e mitiga riscos;
- Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento;
- Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica;
- Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível;

Adicionalmente, a fórmula para o cálculo é a seguinte:

$$=[(Base\ ativa\ x\ \% \ Taxa\ de\ perda)\ x\ \$ \ Valor\ médio/mediano\ de\ desembolso]$$

4. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Empresa forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Empresa adotara as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Provisão para riscos cíveis

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

5. Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, conforme segue abaixo:

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	-	-	-	501
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.192	-	1.275	-
Bens e títulos a receber	3.086	-	1.988	-
Passivos financeiros:				
Contraprestações / Prêmios a Restituir	137	-	143	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	243	-	425	-
Comercialização sobre operações	8	-	5	-
Débitos de operações de administração de benefícios	1.505	-	1.639	-
Débitos diversos	1.440	-	1.007	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua.
- Nível 2 – Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem

valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento.

- Nível 3 - Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

	31/12/2023	31/12/2022
	Nível 1	Nível 1
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
<u>Aplicações financeiras</u>	-	501

Durante o exercício, não ocorreram transferências entre níveis.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Empresa não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas exposições ou para especulação.

Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa efetua operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Empresa ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar este risco, a Clube de Saúde adota como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 60 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 9.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 60 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	Ativo circulante	8	-	501
Total			-	501

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e nº8.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com debêntures.

Em 31 de dezembro de 2023, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$ 93 (R\$ 113 em 2022).

Risco de capital

A Uniconsult administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (como a Empresa não apresenta saldos de empréstimos e financiamentos, o endividamento líquido é representado pelo caixa e saldos de bancos detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 17).

Capital Base

Regulamentado pela RN569, estabelece uma regra de capital que define um montante fixo a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização.

Na apuração do capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS a partir da multiplicação do fator K, que por sua vez é determinado pelo segmento e região de atuação da operadora.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital base calculado é de R\$ 425 (R\$ 476 em 2022), estando em conformidade com a norma.

Capital baseado em riscos

Regulamentado pela RN569, CBR é uma regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras e ajustado por efeitos econômicos regulamentados na RN 569 de dezembro de 2022.

Conforme exposto no art.8 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o maior entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2023 o PLA calculado é de R\$ 3.277 (R\$ 3.691 em 2022), estando enquadrado na respectiva instrução normativa.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Menos de um ano R\$	
	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestações / Prêmios a Restituir	137	143
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	243	425
Comercialização sobre operações	8	5
Débitos de operações de administração de benefícios	1.505	1.639
Débitos diversos	1.440	834
Total	3.333	3.046

6. Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

A Empresa iniciou o exercício 2023 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
IFRS 17 / CPC 50	Contrato de Seguro: essa norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. Administração concluiu que não houve impactos para a Empresa por não estarem relacionadas ao nosso modelo de negócio.
IAS 1 / CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: a emenda substituiu o requerimento de divulgação de "políticas contábeis significativas" pela exigência de divulgar suas "políticas contábeis materiais", além de adicionar orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Empresa.
IAS 8 / CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a emenda altera a definição "mudança de estimativas contábeis" para "estimativas contábeis". A Empresa concluiu que não houve impactos devido a essa mudança.
IAS 12 / CPC 32	Tributos sobre o Lucro: as alterações esclarecem que ao ocorrer o reconhecimento de um ativo e passivo em transações que afete o lucro contábil ou lucro tributável ou das origens a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis deve reconhecer um passivo ou ativo fiscal diferido. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.

Normas **Descrição da alteração**

IFRS 9 /
CPC 48 Instrumentos Financeiros: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

O CPC 48 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 e aprovado pela ANS a partir de 1º de janeiro de 2023. Abaixo a demonstração dos impactos relativos à adoção inicial da norma.

- a) Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como “Empréstimos e Recebíveis” devem ser classificados como “Custo Amortizado”;
- b) Com relação ao novo modelo de impairment, a Empresa realizará a redução de no valor recuperável no modelo de perdas de créditos esperadas e não somente no modelo de perdas de créditos incorridos, abaixo os impactos nos saldos contábeis devido a adoção.

Balanco Patrimonial	2022
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	(815)
Ativo	(815)
Patrimônio líquido	(815)
Passivo e patrimônio líquido	(815)

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes alterações, revisões e adições de normas forma emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Normas **Descrição da alteração**

IAS 1 /
CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis: As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço e que não é afetada pelas expectativas da gestão em liquidar os passivos em curto prazo. Esclarece também que se o direito de uma entidade de diferir a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento das cláusulas exigidas apenas em uma data posterior ao período de relatório (“future covenants”), a entidade tem o direito de diferir a liquidação do passivo mesmo que não cumpra essas cláusulas no final do período de relatório. Introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

IFRS 16 /
CPC 06 Arrendamentos: A Alteração especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário usa ao mensurar o passivo de arrendamento decorrente de uma transação leaseback, para garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso que retém.

IFRS 7 /
CPC 40 Instrumentos Financeiros: As alterações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Nesses acordos, um ou mais financiadores pagam valores que uma entidade deve a seus fornecedores. A entidade concorda em liquidar esses valores com os provedores de financiamento de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data ou em data posterior àquela em que os provedores de financiamento pagam aos fornecedores da entidade. Para esses acordos, é exigido que uma entidade forneça informações sobre o impacto dos acordos de financiamento de fornecedores sobre passivos e fluxos de

Normas Descrição da alteração

caixa, incluindo termos e condições desses acordos, informações quantitativas sobre passivos relacionados a esses acordos no início e no final do período de relatório e o tipo e efeito das mudanças não monetárias nos valores contábeis desses acordos.

Não existem outras alterações, revisões, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas em relação às já divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 que possam, na avaliação da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa até o presente momento.

7. Disponível

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4.061	1.775
Bancos conta depósito - movimento – país	154	4.402
Caixa	1	1
Total	4.216	6.178

8. Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento ANS (*)	-	501
Total	-	501

(*) Vide item II da nota explicativa 3.

9. Créditos de Operações com Administração de Benefícios

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/ risco de inadimplência	1.375	1.275
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	(183)	-
Total	1.192	1.275

- a) Refere-se a provisão estimada de perdas de créditos esperados determinado pela adoção do CPC 48, conforme mencionado na nota explicativa 6.

O resumo por idade dos saldos é:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	17	22
Até 30 dias	1.045	1.038
De 31 a 60 dias	313	215
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	(183)	-
Total	1.192	1.276

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos – Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Perdas Estimadas	(178)	-
Perdas Efetivas	(1.300)	(1.150)
Perdas com créditos incobráveis	(1.478)	(1.150)

10. Bens e Títulos a Receber

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (a)	2.941	1.882
Títulos a Receber	14	
Outros valores e bens	131	106
Total	3.086	1.988

- a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa.

Os riscos dessa operação são mensurados e reconhecidos ao final de cada ano ao resultado, para esse saldo atuais não há risco de perda em 31 de dezembro de 2023.

11. Partes Relacionadas

- a) Saldos e transações com empresas ligadas:

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Ativo		Passivo	
<u>Operações Intecompany (i)</u>	-	-	(163)	(7)

- i) Trata-se de valores alocados no grupo de bens e títulos a receber ou débitos diversos relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.

- b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
<u>Remuneração a administradores (*)</u>	158	1.852	166	1.834

12. Depósitos Judiciais e Fiscais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Tributários (*)	2.548	2.548
Regulatório	54	54
Cíveis	35	30
Total	2.637	2.632

(*) Referem-se basicamente relativos à denúncia espontânea dos débitos de ISS apurados no período de julho de 2016 a agosto de 2020.

13. Intangível

Está composto como segue:

	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2023
Aquisições de cessão de direitos	20	323	(87)	236
Softwares e softwares em desenvolvimento	20	209	(144)	65
Comissão de Obtenções de Vendas	40	2.947	(1.391)	1.556
Total outros ativos intangíveis		3.479	(1.622)	1.857

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Aquisições de cessão de direitos	-	323	(22)	-	301	-	(65)	-	236
Softwares e softwares em desenvolvimento	-	97	(14)	-	83	112	(130)	-	65
Comissão de Obtenções de Vendas	-	1.709	(403)	(52)	1.254	1.158	(856)	-	1.556
Total outros ativos intangíveis	-	2.129	(439)	(52)	1.638	1.270	(1.051)	-	1.857

14. Débitos de Operações de Administração de Benefícios

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor é de R\$ 1.505 (R\$1.639 em 31 de dezembro de 2022) correspondente a faturas de seguro-saúde a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas, independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram substancialmente efetuados até 31 de janeiro de 2024.

15. Débitos Diversos

Circulante:	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações com pessoal	482	516
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (a)	38	14
Reembolso de despesas a pagar	3	7
Arrendamentos	45	205
Outros	872	92
Total circulante	1.440	834
Não Circulante:	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos	-	173
Total não circulante	-	173
Total de débitos diversos	1.440	1.007

- a) (a) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa.

16. Provisões para Ações Judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, para as quais, com base na opinião de advogados externos/internos e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022	Adições	Reversões	31/12/2023
Tributárias	3.538	178	-	3.716	27	(167)	3.576
Trabalhistas e previdenciárias	1.273	67	(114)	1.226	-	(587)	639
Cíveis	171	53	(49)	175	58	(96)	137
Regulatório - ANS	134	-	(84)	50	-	(20)	30
Total	5.116	298	(247)	5.167	85	(870)	4.382

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2023:

- a) A Empresa é parte passiva em processos tributários que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial, no montante de R\$ 3.575 (R\$ 3.716 em 2022). O valor é constituído principalmente sobre denúncia espontânea, na Prefeitura do Município de São Paulo, em relação ao pagamento para depósito dos valores devidos a título de ISS relativo aos períodos de julho de 2016 até agosto de 2020, acrescidos de juros e correção monetária. Não há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível.
- b) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$ 638 (R\$ 1.226 em 2022). Não há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível.
- c) A empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$ 137 (R\$ 175 em 2022), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. Avaliados como possível o desembolso de caixa, R\$ 115 para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (ii) ações e cobrança de prestadores médicos referente a glosas de faturamento; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material.
- d) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$ 90 (R\$ 50 em 2022) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão. Não há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível.

17. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Empresa é de R\$150, totalmente subscrito e integralizado sendo dividido em 150.000 quotas de valor nominal igual a 1,00.

Reserva legal

Conforme estabelece o contrato social, a Empresa deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$ 30 pois atingiu o índice de 20%.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

Segue abaixo quadro que será levado para aprovação de diretoria da proposta da distribuição de dividendos de 2023 com pagamento até 31 de dezembro de 2024.

Destinação do Lucro líquido	2023	2022
Lucro líquido do exercício	8.820	12.130
Antecipação de dividendos intercalares no exercício	(4.069)	(9.491)
Compensação de prejuízos acumulados	-	-
% dos dividendos intercalares sobre o lucro líquido do exercício	46,13%	78,26%
Constituição de reserva de lucros.	4.751	2.639

18. Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Repasses financeiros de contratos de adesão (a)	1.499	6.415
Reversão de provisões para riscos	(812)	(80)
Outras despesas	346	102
Total	1.033	6.437

(a) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão.

19. Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com pessoal (a)	4.942	5.761
Depreciações e amortizações	996	903
Gastos com localização e funcionamento	452	690
Gastos com serviços de terceiros	463	821
Outras despesas administrativas	711	387
Total	7.564	8.562

a) As despesas de benefícios a empregados, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	3.019	3.449
Despesa com encargos sociais	939	1.117
Provisão de 13º salário e férias	277	398
Despesas com vale refeição	254	356
Despesa com transporte	97	92
Outras despesas com empregados	356	349
Total	4.942	5.761

20. Receitas (Despesas) Financeiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Rendimentos com aplicações financeiras	933	1.129
Juros e multa sobre recebimentos em atraso (a)	638	899
Outras receitas financeiras	25	72
Total de receitas financeiras	1.596	2.100
Despesas financeiras:		
Tarifa de cobrança	(547)	(724)
Atualização monetária	(120)	(315)
Descontos concedidos	(182)	(220)
Juros sobre impostos	(131)	-
Outras despesas financeiras	(32)	(81)
Total de despesas financeiras	(1.012)	(1.340)
Resultado financeiro	584	760

- a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Empresa nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.

21. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado Antes dos Impostos e Participações	14.707	18.792
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa (crédito) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(5.001)	(6.389)
Despesas não dedutíveis – outras	(667)	(540)
Perdas com Créditos Incobráveis	-	(18)
Constituição) /reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	352	(56)
Incentivo Fiscal	217	35
Recuperação de Perdas	38	116
Ajuste IFRS	(254)	144
Outros	(572)	43
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(5.887)	(6.665)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	40,03%	35,47%

22. Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	14.707	18.796
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	996	903
Perda por redução ao valor recuperável	(4)	(120)
Resultado financeiro	9	53
Provisão de Reajuste	-	-
Provisão (reversão) para riscos	(785)	51
	14.923	19.683
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Aumento (redução) de Créditos de operações de administração de beneficiários	83	242
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	(252)	(333)
Aumento (redução) Provisão para IR e CSLL	(1.027)	269
Aumento (redução) de outros créditos a receber longo prazo	0	16
Redução (aumento) de Débitos de operações de administração de beneficiários	(134)	(223)
Aumento de Contraprestações / Prêmios a restituir	(6)	(473)
Redução de Bens e títulos a receber	(1.098)	(223)
Aumento de Despesas antecipadas	(192)	-
Redução (aumento) de débitos diversos	(1.043)	(1.421)
Provisão para tributos diferidos	119	-
Redução Comercialização sobre operações	3	(189)
redução (aumento) de Receita antecipada de contraprestações / prêmios	(182)	(238)
Redução (aumento) de créditos tributários e previdenciários	(195)	283
Redução de depósitos judiciais	(5)	12
Redução de aplicações financeiras	501	4.427
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	11.495	21.832
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.074)	(7.190)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.421	14.642

23. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 21 de março de 2024 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2023, quando aplicável.

Mauricio da Silva Lopes
Diretor

Otto de Oliveira Junior
Diretor

Carlos de Almeida Vasques de Carvalho Neto
Diretor

Flavio Paulo de Oliveira Rodrigues
Diretor

Adriana Ricardo Arrais
Contadora - CRC. 1SP213332/O-7

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1041-E493-A448-60F0> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1041-E493-A448-60F0



Hash do Documento

221F9CB4AD509B4854A49AD57189256E7ED57E0ACCAAC7FA21C17CBD4B52B201

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2024 é(são) :

Adriana Ricardo Arrais - ***.929.108-** em 27/03/2024 19:52
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

